
O impacto da Lei de Liberdade Econômica na abertura e continuidade das empresas

Marcelo Faria

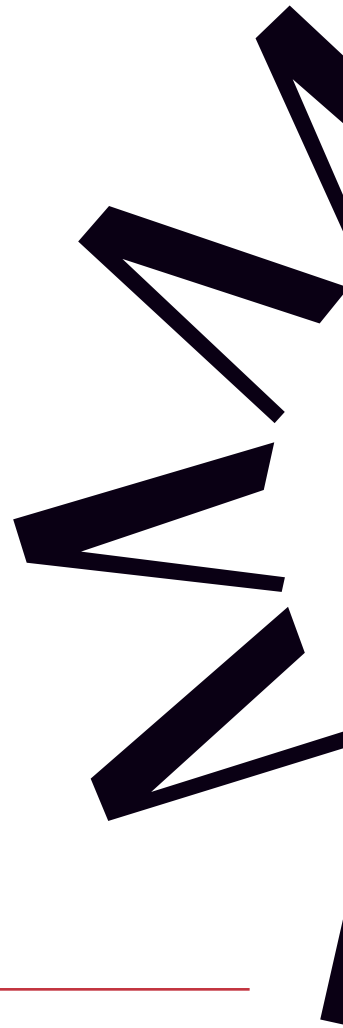
Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP), fundador e presidente do Instituto Liberal de São Paulo (ILISP) e coordenador do projeto Liberdade para Trabalhar

Lucas Sampaio

Advogado, fundador da Juventude Libertária do Sergipe e assistente jurídico do Instituto Liberal de São Paulo (ILISP).

Wagner Vargas

Cientista de Dados especializado em Políticas Públicas



I. Introdução

O Brasil amarga péssimas posições nos rankings de liberdade econômica mundiais. No ranking de liberdade econômica da Heritage Foundation, estamos na 127ª posição, atrás de países como Bangladesh, Nigéria e Rússia, enquanto no ranking do Fraser Institute, estamos na 114ª posição, atrás de países como Haiti, Tanzânia e Zâmbia.

As principais áreas mensuradas por ambos os rankings são o sistema legal e proteção aos direitos de propriedade, tamanho do governo (gastos estatais e peso dos impostos), liberdade de comércio (internacional, de investimento e financeira) e regulação (sobre empresas, mercado de trabalho e moeda). Um dos indicadores analisados é a facilidade para abrir, manter e fechar empresas.

A liberdade para abrir e manter uma empresa no Brasil aumentou nos últimos anos, mas ainda somos um país burocrático e cheio de regras conflitantes entre si nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). E o motivo para a liberdade de abertura de empresas no Brasil ter aumentado tem nome: Lei de Liberdade Econômica.

A Lei de Liberdade Econômica (LLE) foi aprovada em 2019 no Brasil, com o objetivo de reduzir a burocracia e promover o crescimento econômico. Desde então, observou-se um impacto significativo na criação de empregos e no desenvolvimento de novas empresas em todo o país.

No entanto, segundo o mapeamento do projeto Liberdade para Trabalhar, feito pelo Instituto Liberal de São Paulo (ILISP) - que em 2023 ampliou o levantamento para alcançar todos os municípios brasileiros com mais de 5 mil habitantes, totalizando 4320 municípios - somente 799 municípios aprovaram uma Lei ou Decreto da Liberdade Econômica, o que equivale a 18,5% dos municípios mapeados. Além disso, três anos e meio após a aprovação da lei, apenas 15 das 27 unidades federativas do Brasil (26 estados + Distrito Federal) aprovaram uma Lei de Liberdade Econômica.

Em trabalho publicado em outubro de 2022 pelo Instituto Millenium, analisamos o impacto da aprovação da Lei de Liberdade Econômica na geração de empregos. Nas cidades que aprovaram a legislação referida, houve um aumento médio de 40,3% no número de contratações em comparação ao período anterior à lei, assim como houve também um aumento médio de 24,8% no número de demissões, mostrando um saldo positivo da aprovação da lei na geração de empregos nos municípios.

Dado este contexto e visando analisar o impacto da aprovação da Lei (ou Decreto) de Liberdade Econômica nas cidades, este segundo trabalho com base nos dados do projeto Liberdade para Trabalhar visa analisar como a mencionada lei impactou a abertura e continuidade das empresas, comparando o período anterior com o período posterior à lei, nos municípios que a implantaram.

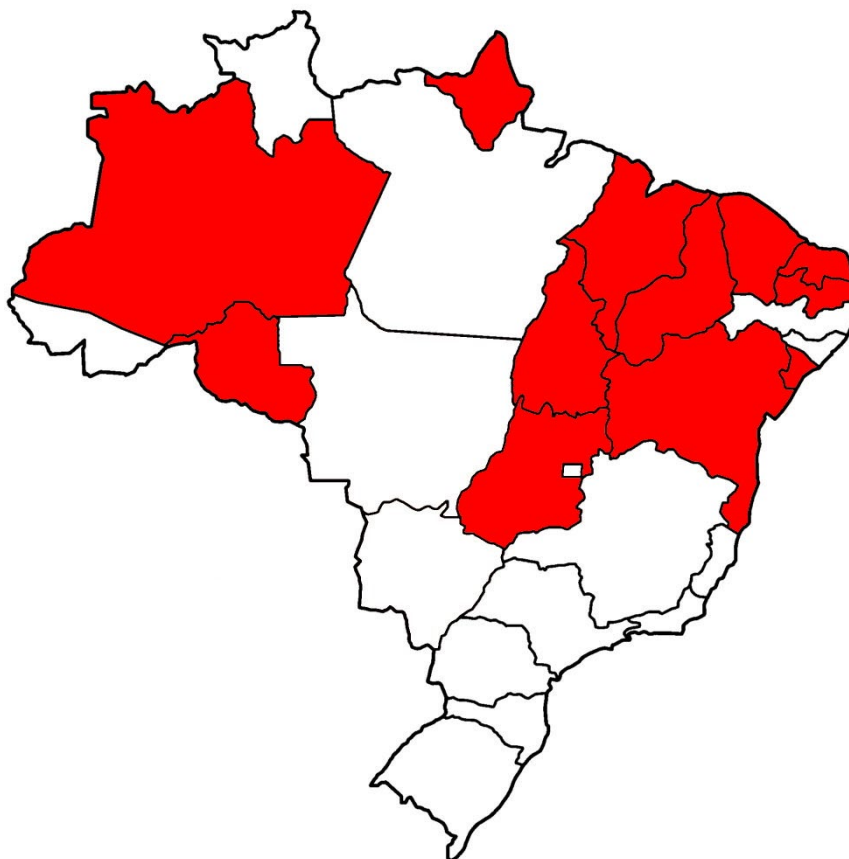
II. O avanço da Lei de Liberdade Econômica (LLE) nos estados e municípios

Desde o lançamento do projeto Liberdade para Trabalhar, do Instituto Liberal de São Paulo (ILISP), em 28 de junho de 2022, 118 municípios aprovaram uma lei ou decreto de liberdade econômica, totalizando 6.546.573 pessoas com mais liberdade para trabalhar no país.

Destes, 53 municípios aprovaram a LLE com influência direta do projeto e seus parceiros, beneficiando um total de 2.370.628 pessoas.

O mapeamento feito pelo projeto mostra que 12 estados brasileiros sequer possuem uma Lei de Liberdade Econômica (LLE) no presente momento: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins. O levantamento mostra que há uma clara relação entre o interesse do governo estadual na aprovação e aplicação da lei com o avanço e aplicação da lei nos municípios.

| Figura 1 | - Estados (em vermelho) que ainda não possuem uma Lei de Liberdade Econômica: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins.



II.I Sul e Sudeste

Dentre os estados que aprovaram a lei, o Rio Grande do Sul é percentualmente o estado com mais cidades (58,0%) mapeadas com LLE, seguido por Santa Catarina (55,8%), Espírito Santo (49,4%) e Minas Gerais (42,5%).

Em números absolutos, o maior destaque é o estado de Minas Gerais. Dos 624 municípios mineiros mapeados, 265 aprovaram a LLE. Já no segundo estado com mais municípios mapeados (504), São Paulo, a LLE foi aprovada em apenas 43 cidades. No segundo estado com mais municípios com LLE em número absoluto, o Rio Grande do Sul, houve a aprovação em 155 municípios de 267 mapeados.

Cabe destacar que, em Minas Gerais, o avanço da Lei de Liberdade Econômica se tornou um programa de estado – o Minas Livre para Crescer – visando avançar leis ou decretos regulamentando a Lei 13874/2019 no maior número possível de municípios, com suporte do governo estadual. No entanto, a capital do estado, Belo Horizonte, apesar de ter a sua lei aprovada pela Câmara Municipal, teve a mesma vetada pelo então prefeito Alexandre Kalil, sendo hoje a única capital das regiões Sul e Sudeste que não possui a LLE.

Por outro lado, o Estado de São Paulo é o principal destaque negativo nas regiões Sul e Sudeste. O estado foi o último dessas regiões a sancionar sua Lei de Liberdade Econômica estadual: a Lei 17530/22, instituindo o Código de Defesa do Empreendedor, foi sancionada somente no dia 11 de abril de 2022 e entrou em vigor três meses depois, no dia 11 de julho de 2022. Como reflexo do baixo interesse do governo estadual pela lei, somente 43 dos 504 municípios paulistas mapeados têm a LLE, totalizando um índice de apenas 8,5% de aprovação.

Dois outros estados com desempenho aquém do esperado na região Sul-Sudeste são os Estados do Paraná e do Rio de Janeiro, com percentuais de 14,6% e 21,9% de aprovação, respectivamente.

II.II Nordeste

A situação na Região Nordeste é ainda pior. Dos nove estados da região, somente Alagoas e Pernambuco possuem uma Lei de Liberdade Econômica. Ademais, nenhum dos nove estados conseguiu alcançar um índice de pelo menos 10% de cidades com uma lei ou decreto aprovados. O Estado com melhor desempenho na região, Alagoas, tem somente 9 dos 97 municípios mapeados com LLE, um índice de 9,3% de aprovação. Já Pernambuco possui a LLE em 14 dos 183 municípios mapeados, totalizando 7,7% de aprovação.

O único estado da Região Nordeste que não possui LLE em sua capital (São Luís), o Estado do Maranhão, teve a aprovação em somente 6 municípios de 214 avaliados, um índice de 2,8% de aprovação. Completam a Região Nordeste os Estados da Bahia (5,4% de aprovação), Ceará (4,9%), Paraíba (5,1%), Piauí (0,7%), Rio Grande do Norte (1,7%) e Sergipe (3,1%).

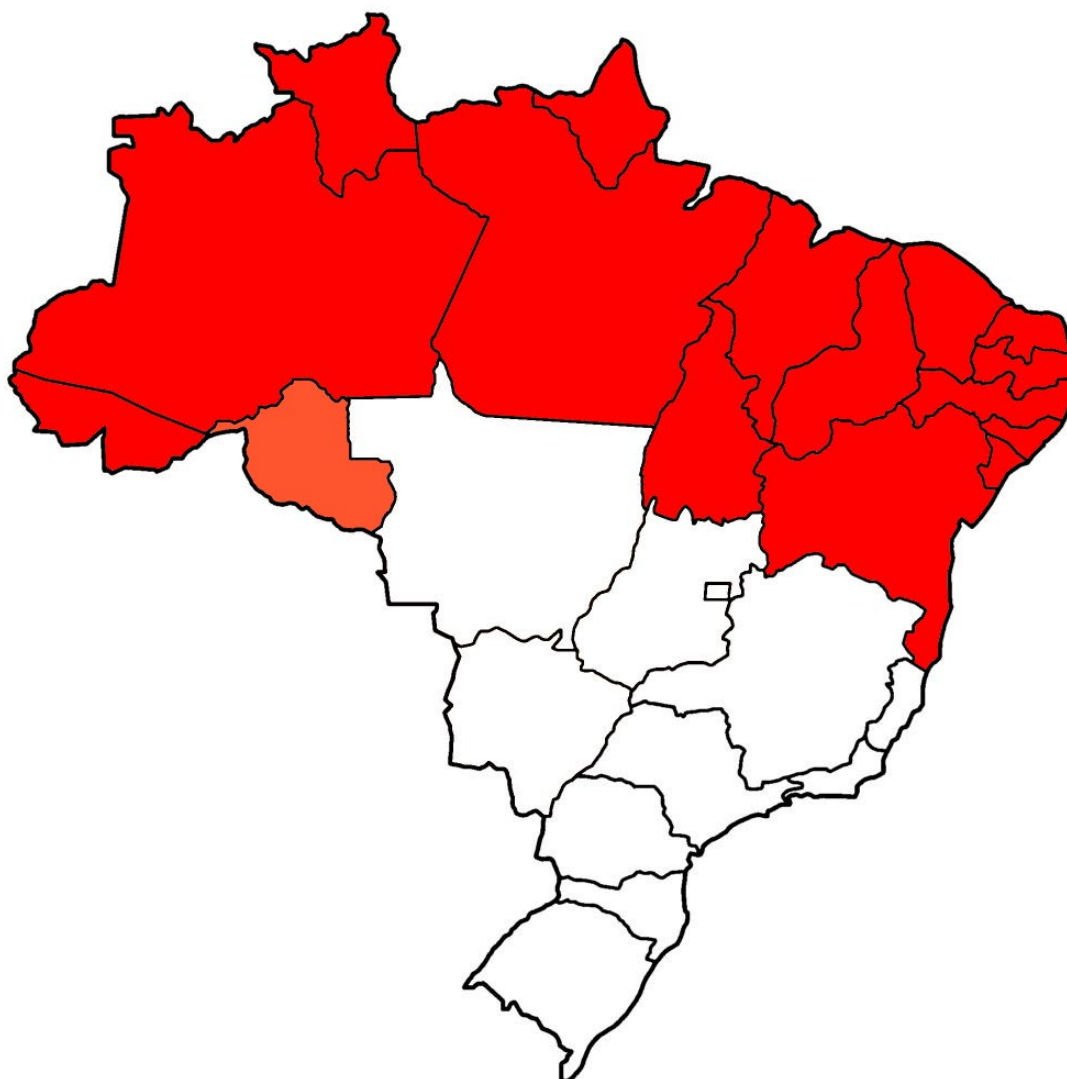
II.III Norte

A Região Norte também possui desempenho abaixo da média, sendo que somente 3 dos seus 7 estados possuem uma Lei de Liberdade Econômica: Acre, Pará e Roraima. Ainda assim, poucos municípios nesses estados aderiram à lei. O Acre possui LLE em apenas 1 município de 22 mapeados, um índice de 4,6% de aprovação. No Pará, somente 11 dos 143 municípios avaliados implantaram a lei, totalizando 7,7% de aprovação. E Roraima possui somente 1 município com LLE de 15 avaliados, um percentual de 6,7% de aprovação.

O melhor desempenho da Região Norte está no Estado de Rondônia, que dos 56 municípios mapeados, possui a lei em 5, totalizando 10,9%. Completam a lista da Região Norte: Amapá (6,3% de aprovação), Amazonas (1,6%) e Tocantins (2,8%).

A única capital da região Norte que falta aprovar a LLE é Rio Branco, no Acre. totalizando 7,7% de aprovação.

| Figura 2 | - Com exceção de Rondônia (10,9%), todos os Estados das Regiões Norte e Nordeste têm um índice de cidades que aprovaram a Lei de Liberdade Econômica abaixo de 10%.



II.IV Centro-Oeste

A região Centro-Oeste também chama atenção pelo baixo percentual de adesão à lei pelos municípios, apesar da adesão por parte dos estados. Das 4 unidades federativas (contando o Distrito Federal) na região, somente o Estado de Goiás ainda não possui uma Lei de Liberdade Econômica. O estado também detém o pior desempenho da região em número de municípios com a lei: 7 de 151 mapeados, um índice de 4,6%.

O destaque da região é o Estado do Mato Grosso, com aprovação em 18 dos 107 municípios avaliados, um índice de 16,8%. Já no Mato Grosso do Sul houve a aprovação da lei em apenas 9 dos 73 municípios avaliados (12,3% de aprovação).

A região Centro-Oeste possui o menor número de capitais que aprovaram a lei. Das três capitais, somente Cuiabá (MT) possui a Lei de Liberdade Econômica, enquanto Campo Grande (MS) e Goiânia (GO) ainda não aprovaram a LLE.

II.V Outros destaques

No total, 81% das capitais (incluindo o Distrito Federal) já aprovaram a LLE. Faltam Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Goiânia (GO), Rio Branco (AC) e São Luís (MA).

Analisando por tamanho da população, das cidades com mais de 1 milhão de habitantes, somente Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Guarulhos (SP) e São Luís (MA) não possuem a lei.

III. Metodologia da análise

A fim de analisar o impacto da aprovação da Lei (ou Decreto) de Liberdade Econômica nos municípios quanto à abertura e continuidade das empresas utilizamos os dados brutos do Painel de Registro de Empresas do Mapa de Empresas do Governo Federal.

O Painel de Registro de Empresas é uma ferramenta disponibilizada pelo governo federal para os interessados em obter informações mensais e anuais consolidadas sobre o procedimento de registro de empresas e o número de empreendimentos abertos.

Utilizando robôs, coletamos de forma automatizada os dados brutos anuais – onde há um maior histórico de dados, ao contrário dos dados mensais disponibilizados somente a partir de janeiro de 2022 – sobre empresas ativas e empresas abertas em cada município, apresentados no site do Painel, e estes dados foram tratados para permitir a análise estatística.

Como base para a análise estatística, foram utilizados os dados entre os anos de 2013 e 2022, relativos a 781 cidades (com mais de 5 mil habitantes) que aprovaram uma Lei (ou) Decreto de Liberdade Econômica, de acordo com o mapeamento Liberdade para Trabalhar realizado pelo Instituto Liberal de São Paulo (ILISP). As cidades (18) que não tinham dados suficientes para análise – geralmente porque a lei foi aprovada nestes municípios há pouco tempo – não foram incluídas na análise.

Utilizamos a técnica estatística de Teste-t pareado, bastante utilizada para comparar a diferença entre observações emparelhadas. No caso deste trabalho para analisar o impacto da aprovação da LLE no número de empresas ativas e empresas abertas nos municípios que aprovaram a lei, comparando os meses anteriores e posteriores à aprovação da LLE na mesma cidade.

A fim de determinar se há significância estatística na diferença entre as médias de emprego nas cidades, antes e depois da aprovação da lei, foi analisado o teste de Hipótese T pareado bicaudal, com 95% de nível de confiança (logo, alpha de 5%) para a diferença entre as médias de admissões e desligamentos.

Em cada um dos casos, foi utilizada a amostra de 781 municípios mencionada anteriormente, comparando cada município consigo mesmo e observando se há significância estatística entre as médias numéricas.

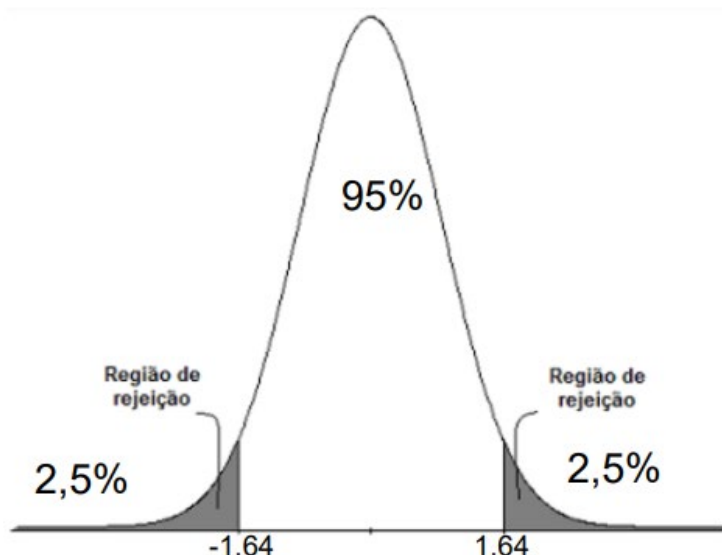
É importante salientar que não se trata de uma análise de causalidade, mas a busca por evidência se as médias das variáveis de empresas ativas e empresas abertas antes do período de aprovação e depois da aprovação em cada cidade têm relevância estatística.

$$t_{\text{calculado}} = \frac{\bar{x}_{\text{diferença}}}{\frac{S_{\text{diferença}}}{\sqrt{n}}}$$

A hipótese nula (H_0) é que não há diferença entre ambas. Portanto, haveria evidências de que H_0 seria rejeitada somente se o valor p estiver abaixo de 0,05, portanto, no valor crítico de cada uma das caldas, com amostra $N > 30$, uso de desvio padrão populacional, assumindo-se a normalidade da amostra.

Calculou-se a média (quantidade de empresas ativas e empresas abertas) em cada um dos municípios, para, em seguida, observar se as médias das variáveis testadas eram diferentes entre os períodos pré-aprovação do decreto/lei e pós-aprovação.

- Visualizando a região crítica bilateral na curva normal padrão para $\alpha = 5\%$.



$H_0: \mu_2 = \mu_1$

$H_1: \mu_2 < \mu_1$

IV. O impacto da Lei de Liberdade Econômica na média anual de empresas ativas e empresas abertas nos municípios

Em relação ao total de empresas abertas, há evidência de que as médias são estatisticamente diferentes ($t = -3.500$, $p < 0,05$), logo, variam fora do intervalo de confiança e a média entre ambas é também numericamente diferente.

Portanto, é possível afirmar que houve um aumento de 65,7% na média anual de empresas ativas, nos municípios analisados, após a aprovação do decreto / lei de liberdade econômica e que há significância estatística nesta diferença.

Estatísticas de amostras emparelhadas

		Média	N	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média
Par 1	media_qt_empresas_antes_da_aprovacao	839,6003326	781	4566,994616	163,4199159
	media_qt_empresas_apos_aprovacao	1391,177443	781	8695,268607	311,1411736

Teste de amostras emparelhadas

		Diferenças emparelhadas				t	gl	Sig. (bilateral)	
		Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	95% Intervalo de Confiança da Diferença				
					Inferior				Superior
Par 1	media_qt_empresas_antes_da_aprovacao - media_qt_empresas_apos_aprovacao	-551,577111	4404,637885	157,6103353	-860,967776	-242,186446	-3,500	780	,000

Em relação à abertura de empresas (registro de empresas), é igualmente possível afirmar, com nível de confiança de 95%, que há evidências para refutar a hipótese nula ($t = -9.113$, $p < 0,05$).

Em outras palavras, é possível afirmar que houve um aumento de 88,9% na média anual de novas empresas abertas, nos municípios analisados, após a aprovação do decreto / lei de liberdade econômica, e que há significância estatística nesta diferença.

Estatísticas de amostras emparelhadas

		Média	N	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média
Par 1	media_registros_antes_da_aprovacao	212,7139064	781	302,6004904	10,82789687
	media_registros_apos_a_provacao	401,8540333	781	810,1063031	28,98788264

Teste de amostras emparelhadas

		Diferenças emparelhadas				t	gl	Sig. (bilateral)	
		Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da Média	95% Intervalo de Confiança da Diferença				
					Inferior				Superior
Par 1	media_registros_antes_da_aprovacao - media_registros_apos_a_provacao	-189,140127	580,0358182	20,75531342	-229,883015	-148,397239	-9,113	780	,000

V. Conclusões

A aprovação da Lei (ou Decreto) de Liberdade Econômica nos municípios é de suma importância para aumentar a segurança jurídica e facilitar a vida dos empreendedores, principalmente no que tange à dispensa do alvará para atividades de baixo risco.

Como mostra a análise relatada neste trabalho, houve um aumento de 88,9% na média anual de novas empresas abertas, nos municípios analisados, após a aprovação do decreto / lei de liberdade econômica, e há significância estatística nesta diferença.

Da mesma forma, é possível afirmar que houve um aumento de 65,7% na média anual de empresas ativas, nos municípios analisados, após a aprovação do decreto / lei de liberdade econômica, e que há significância estatística nesta diferença.

Conforme hipótese que levantamos no trabalho anterior publicado em outubro de 2022, relativo ao aumento dos empregos nas cidades que aprovaram a Lei de Liberdade Econômica, a maior liberdade para empreender gerada pela dispensa dos alvarás leva à criação de mais empresas (e formalização de negócios até então na informalidade), aumentando a necessidade de contratações formais. Este trabalho confirma a hipótese levantada naquele trabalho.

Os brasileiros de todas as 5.568 cidades do país seriam beneficiados por uma maior liberdade econômica, menos burocracia, mais segurança jurídica, mais empregos e maior facilidade para abrir ou manter uma empresa. Os dados não mentem: o melhor programa social é a liberdade para trabalhar.